

Debates

21 DE NOVEMBRO DE 2023 140º SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, EDUARDO SUPLICY, VITÃO DO CACHORRÃO e ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - SOLANGE FREITAS
Para comunicação, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Cumprimenta Fábio Jabá, presidente do Sifuspesp e secretário-geral da Fenasppen, presente nas galerias. Crítica o governo por não elaborar o projeto que regulamenta a Polícia Penal.
4 - MÁRCIA LIA
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - EDUARDO SUPLICY
Assume a Presidência.
6 - SIMÃO PEDRO
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY
Convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos, ou 10 minutos após o término da presente sessão.
9 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência. Cumprimenta Fábio Jabá. Reforça as críticas ao governo pela não edição do projeto que regulamenta a Polícia Penal. Manifesta apoio aos servidores da Educação, presentes nas galerias, contra a PEC 09. Solidariza-se com o deputado Vitão do Cachorrão, vítima de um sequestro-relâmpago no último final de semana.
10 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - VITÃO DO CACHORRÃO
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY
Assume a Presidência. Solidariza-se com o deputado Vitão do Cachorrão, vítima de um sequestro-relâmpago no último final de semana. Elogia a serenidade do deputado em lidar com essa situação.
13 - PAULO MANSUR
Por inscrição, faz pronunciamento.
14 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY
Endossa o pronunciamento do deputado Paulo Mansur, acerca da morte de Gabriel Mongenot Santana Milhomem Santos, turista assassinado no Rio de Janeiro no último domingo.
15 - CAIO FRANÇA
Por inscrição, faz pronunciamento.
16 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
17 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
18 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
19 - VITÃO DO CACHORRÃO
Assume a Presidência.
20 - EDUARDO SUPLICY
Solicita a suspensão da sessão, por acordo de lideranças, até as 16 horas e 30 minutos.
21 - PRESIDENTE VITÃO DO CACHORRÃO
Defere o pedido e suspende a sessão às 15h11min.
ORDEM DO DIA
22 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h30min. Convoca os Srs. Deputados para uma reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Infraestrutura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se no dia 22/11, às 14 horas, e em segunda convocação, às 14 horas e 20 minutos. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados, separadamente, requerimentos de urgência ao PLC 95/23 e ao PLC 94/23.
23 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
Solicita a suspensão da sessão até as 17 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.
24 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para uma reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 17 horas. Suspende a sessão às 16h34min, reabrindo-a às 17h38min. Coloca em discussão requerimento de urgência ao PR 51/23.
25 - EDUARDO SUPLICY
Para comunicação, faz pronunciamento.
26 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Cumprimenta Silvia Forato, vereadora de Amparo, e o atleta Diogo Canina, presentes no plenário.
27 - PAULO FIORILO
Discute o requerimento de urgência ao PR 51/23.
28 - GILMACI SANTOS
Para comunicação, faz pronunciamento.
29 - TEONILIO BARBA
Discute o requerimento de urgência ao PR 51/23.
30 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Suspende a sessão, por conveniência da ordem, às 18h14min, reabrindo-a às 18h30min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o requerimento de urgência ao PR 51/23. Retifica a convocação da sessão extraordinária.
31 - PAULO FIORILO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
32 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Faz aditamento à Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 22/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 42 minutos. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.
A SRA. SOLANGE FREITAS - UNIÃO - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Com a palavra, deputada.
A SRA. SOLANGE FREITAS - UNIÃO - PARA COMUNICAÇÃO - Uma breve comunicação. Mais uma vez, os moradores da Baixada Santista foram torturados, digamos assim, no Sistema Anchieta-Imigrantes, na volta para casa ontem. Sabemos que os turistas também, que estavam na Baixada Santista, enfrentaram muitos problemas na Anchieta, na Imigrantes. Só que o morador da Baixada que volta à tarde, à noite, tinha apenas, como única opção, a Anchieta; aliás, uma

pista da Anchieta. Então teve gente que levou quatro, cinco, seis horas para voltar para casa.

E o que é pior, com falta de informação também, porque, em determinado momento, à noite, quando a Imigrantes foi liberada para o pessoal que estava descendo a serra, infelizmente não tinha essa informação nem nos luminosos, nem com os funcionários, e muita gente acabou descobrindo que podia ir pela Imigrantes pelo Waze. Então, faltou informação. Teve muita reclamação de buracos na pista, tanto na subida quanto na descida, e poucas viaturas.

Iso não pode mais acontecer, principalmente porque está chegando a temporada de verão, o final de ano, e isso tende só a piorar. Então, nós sabemos que, quando tem a Operação Subida, 2x8, o morador da Baixada sofre na volta para casa, no domingo. Ontem não era domingo, era feriado, e sofreu também com a Operação Subida na volta para casa.

Então, estou fazendo hoje mais uma indicação para o Governo do Estado, para que o governador, junto com a empresa, arrume alternativas para que a gente não sofra mais esse tipo de transtorno, quando você fica quatro, cinco, seis horas na pista para voltar para casa. Um percurso de uma hora, uma hora e meia, estava levando até seis horas ontem, no feriado.

Eu gostaria que esta minha fala fosse encaminhada para o governador, para a Ecovias, para os responsáveis, para que possam melhorar a nossa situação em relação ao Sistema Anchieta-Imigrantes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Parabéns pela sua iniciativa, deputada Solange Freitas. Nós faremos o encaminhamento do seu pronunciamento para o governador e para os órgãos competentes. Muito obrigado.

Dando início à lista de oradores inscritos, com a palavra, o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputada Márcia Lia, que fará uso regimental da tribuna.

Registro aqui a honrosa presença do Fábio Jabá, presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Prisional, acompanhado aqui da sua diretoria, e dizer que o Fábio Jabá está aqui cobrando da Assembleia Legislativa e do governo estadual o encaminhamento do projeto para a regulamentação da PEC da Polícia Penal, que não chegou ainda aqui na Assembleia Legislativa.

Todo o nosso apoio, Fábio Jabá, à luta do sindicato e à luta dos servidores do sistema prisional em defesa da regulamentação urgente da Polícia Penal.

Muito obrigado.

Deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - Muito boa tarde a todos e a todas, aos colegas deputados e deputadas. Eu quero iniciar a minha fala com uma breve explanação e a nossa solidariedade ao nosso companheiro Vitão do Cachorrão, que nesse final de semana foi abordado por vários bandidos que o prenderam, maltrataram.

Ele, com certeza, deve se pronunciar aqui sobre o ocorrido e eu quero deixar a solidariedade da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores para o nosso companheiro Vitão do Cachorrão.

Quero também dizer que ontem, dia 20 de novembro, foi Dia da Consciência Negra, um dia que nós paramos para nos debruçar sobre as questões da discriminação racial que nós estamos vivendo nesse país.

Hoje, a população do Brasil é composta majoritariamente de pessoas negras. A gente sabe que é estrutural a questão da discriminação contra os nossos companheiros, que vivem aí sob o impacto dessa discriminação desordenada do ódio, da intolerância e da discriminação racial.

Quero também fazer coro com o Giannazi, quando ele se reporta aos policiais penais. Nós tínhamos um compromisso do Sr. Governador, que assumiu esse compromisso com os policiais penais que, quando viesse o aumento dos policiais civis e dos policiais militares, também estaríamos debatendo a questão dos policiais penais.

Até agora, nós já estamos no dia 21 de novembro, nós não recebemos ainda aquilo que o governador havia prometido para os policiais penais e também para os deputados desta Casa.

Nós fizemos várias conversas aqui com o líder do Governo na Casa e a informação que vinha era de que esse projeto de lei dos policiais penais seria votado neste ano ainda.

Nós já estamos acabando o ano com uma lista de projetos imensa para votar e a gente não vê o compromisso assumido, a assunção da responsabilidade de mandar o projeto dos policiais penais.

Outra questão que eu acho que a gente precisa dizer, é que nós precisamos, Sr. líder do Governo, da contratação de mais pessoas para que a gente possa ter um sistema penitenciário que dê conta dos compromissos e das responsabilidades de cada um dos agentes penitenciários que sofrem, inclusive, principalmente, afetando até a saúde mental desses profissionais por falta de estrutura, por falta de gente, por falta de compromisso, por falta de tudo aquilo que a gente sabe que falta nas penitenciárias paulistas.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Eduardo Suplicy.

* * *

Quero também... E agora a minha fala vai de encontro ao momento que a gente vive no estado de São Paulo, que é um momento em que o governador pretende privatizar a Sabesp. Há vários equívocos no projeto de privatização da Sabesp, mas eu quero dizer para as pessoas que assistem, as pessoas que nos ouvem, as pessoas que nos veem, que vai ser um tremendo desastre a privatização da Sabesp.

A gente tem parâmetros para poder anunciar esse desastre, quais são esses parâmetros? A telefonia, a energia elétrica. Olha o que está acontecendo no estado de São Paulo com a questão da privatização da energia.

A Enel ficou mais de uma semana, em alguns lugares da cidade de São Paulo, da Região Metropolitana, para resolver o problema da devolução da energia elétrica para os consumidores.

Muitos bairros, muitas famílias, muitas pessoas sofreram porque a privatização visa lucro, ela vai aumentar as tarifas daqueles que consomem o que é direito humano.

Água é direito humano, energia é direito humano, habitação é direito humano, e a gente sabe que esses sistemas de privatização, na verdade, precarizam muito os serviços, e a gente viveu isso, e eles acabam aumentando por demais o valor das tarifas públicas. Como é um serviço concessionado, ele deveria visar não lucro, mas ele deveria visar a prestação de serviços com qualidade para a população.

Então nós queremos alertar as pessoas, e dizer que só a luta, só a rua vai fazer com que a gente impeça essa privatização nefasta, horrível, que vai acontecer se a gente não estiver unido na luta para acabar com essa história de privatização da água. Água é direito humano.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Muito bem. Deputada Márcia Lia. Agora a deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Doutor Jorge do Carmo. (Pausa.) Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Reis. (Pausa.) Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.)

Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Fabiana Bolssonaro. (Pausa.) Vinicius Camarinha. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.)

Tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Nobre deputado Eduardo Suplicy, que preside esta comissão, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e público que nos acompanha. Deputado Suplicy, inscrevi-me para falar, nós estamos ainda dentro da Semana da Consciência Negra, ontem foi o dia

20 de novembro, dia de Zumbi dos Palmares, de Dandara dos Palmares.

Tivemos uma grande marcha pedindo políticas públicas para a gente combater no Brasil as injustiças que ainda recaem sobre a população negra na área de salário, na área da discriminação, da violência policial e tantas outras sequelas da escravidão. Eu tive oportunidade, senador, de acompanhar o ministro Paulo Teixeira no último sábado, lá no Vale do Ribeira.

Eu queria destacar dessa viagem... Aliás, antes de tudo, parabenizar o ministro Paulo Teixeira pela disposição de diálogo com as comunidades de agricultura tradicional.

Por exemplo, quando ele foi lá em Barra do Turvo anunciar a contratação por parte do Incra, da Conab, dentro do programa de aquisição de alimentos, a contratação de cooperativas, associações de comunidades quilombolas ali na região de Barra do Turvo. São várias comunidades quilombolas de remanescentes.

Também acompanhei o ministro lá na cidade de Eldorado, quando, em um grande encontro no Quilombo do Abobral, na margem esquerda do Rio Ribeira do Iguape, um grande encontro das comunidades quilombolas, lideranças, onde celebramos o Dia da Consciência Negra, mas também com conquistas.

A cooperativa de agricultores familiares das comunidades quilombolas, sediada em Eldorado, assinou um contrato também com a Conab, de um milhão de reais, para continuar fornecendo a sua produção de alimentos para abastecer as mesas da população aqui de São Paulo, da Grande São Paulo.

É impressionante a força das cooperativas, a força das comunidades quilombolas aqui do nosso estado, e muita gente não conhece. Mas, por exemplo, a comunidade quilombola de Ivaporunduva, ela fornece banana orgânica para alimentação escolar da Prefeitura de Campinas. As comunidades quilombolas em Eldorado fornecem para alimentação escolar na cidade de Piracicaba, Santo André, o ABC, São Bernardo, São Paulo.

Então a gente deve muito aos quilombolas do estado de São Paulo e não só a eles, mas toda a categoria de pequenas agricultoras e agricultores familiares, principalmente daquela região que garante o abastecimento para as nossas mesas, as mesas dos trabalhadores. Então saudar essa iniciativa.

Depois nós tivemos um festival de agricultura familiar em Registro, pudemos conversar numa reunião do Codivar, o Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, com oito prefeitos, vários vice-prefeitos, vereadores, um projeto de desenvolvimento cuja força é a agricultura familiar, é a produção de alimentos.

E o tema também da transição ecológica. Ainda, infelizmente, 80% dos nossos agricultores familiares utilizam o modelo tradicional, inclusive usando veneno, agrotóxico na sua produção.

E, felizmente, 20% já está produzindo de forma orgânica, através do sistema da Agroecologia que não usa venenos, que utiliza a própria força da natureza para produção dos alimentos. Deputado Vitão do Cachorrão, V. Exa. com certeza conhece aquela região, porque seguindo ali o Alto Vale também perto de Sorocaba, descendo um pouco mais, você já vai estar ali no Vale do Ribeira.

Mas eu me inscrevi aqui, Sr. Presidente, para saudar o Dia da Consciência Negra, parabenizar os coletivos, os movimentos que lutam contra a discriminação, contra o racismo. Numa sociedade desigual como a nossa, como já disse a escritora e ativista Ângela Davis, não basta ser contra a discriminação e o racismo, nós temos que ser antirracistas.

E é impressionante a resistência desse povo, povo negro brasileiro, principalmente nos seus quilombos e a importância que os quilombos tiveram na resistência e ainda têm hoje na produção de alimentos, na sua cultura, nas tradições. Uma coisa fantástica a contribuição a nossa sociedade brasileira.

Muito obrigado.

Viva Zumbi! Viva o Dia da Consciência Negra!

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Meus cumprimentos, deputado Simão Pedro. Tem a palavra agora o deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Paulo Mansur. (Pausa.) Ediane Maria. (Pausa.) Atila Jacomussi. (Pausa.) Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Solange Freitas. (Pausa.) Caio França. (Pausa.) Carlos Cezar. (Pausa.) Leci Brandão. (Pausa.)

Deputado Carlos Giannazi, tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Suplicy, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, eu queria dizer que eu apresentei um projeto de lei que foi protocolado exatamente na data de hoje, o PL 1.590/23, que autoriza a desapropriação de uma área importante em Perus, que está sendo vítima, Sr. Presidente, essa área, de uma reintegração de posse pela Sabesp.

Essa área já tem um assentamento há mais de 20 anos, que é o assentamento Irmã Alberta, e ali nós temos a produção de alimentos orgânicos. Nós temos ali o que nós chamamos de agricultura familiar, a Agroecologia, Sr. Presidente, fornecendo alimentos para muitas regiões aqui da cidade de São Paulo e da Grande São Paulo. Essa área, uma área abandonada há muitos anos pela Sabesp, estava sendo planejada para ser um verdadeiro lixão.

No entanto, houve a ocupação política dessa área por famílias ligadas agora ao MST e essa área hoje é uma área protegida do ponto de vista ambiental por essas famílias e produtora de alimentos orgânicos para a população.

No entanto, agora que a Sabesp está prestes a ser privatizada - e não vai, porque nós vamos fazer aqui o combate, Sr. Presidente, contra essa criminoso privatização -, a Sabesp resolveu fazer uma reintegração de posse. Na certa, para se apossar da área e entregá-la para os privatistas, para as empresas, para os investidores que forem tomar conta da Sabesp, agora privatizada.

Então o projeto de lei desapropria a área da Sabesp para que ela seja destinada exatamente a essas famílias que já estão lá, há mais de 20 anos, protegendo a área, do ponto de vista ambiental, e produzindo alimentos orgânicos para a população.

Então é o nosso Projeto nº 1.592, publicado hoje no “Diário Oficial”. Dizer que a Sabesp tem que negociar. A Sabesp não pode fazer uma reintegração de posse, até porque ela vai cair em uma verdadeira contradição.

Nós tivemos recentemente, na semana passada, uma audiência pública aqui, e a secretária do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística disse que a Sabesp leva água e saneamento, Sr. Presidente, para os assentamentos, para as áreas rurais e os núcleos informais urbanos.

No entanto, isso não corresponde à realidade, porque ela quer desapropriar, reintegrar, retomar uma área que ela abandonou, a Sabesp, por muitos anos e que hoje cumpre uma função social com essas famílias do assentamento Comuna Irmã Alberta.

E também, Sr. Presidente, tem uma contradição ainda, além dessa que eu citei. Nesse anúncio, agora de sábado, pela “Folha de S. Paulo” - vou colocar a matéria aqui -, o Tarcísio de Freitas, deputada Márcia Lia, vai dobrar a aposta na entrega das terras devolutas do estado, terras para reforma agrária. Ele vai entregar essas terras, vai continuar entregando as terras para os grandes latifundiários, os grandes proprietários.

Ele está praticando o que a gente chama aqui de reforma agrária para os ricos, para os grandes proprietários, ou seja, para o assentamento Irmã Alberta, nada, reintegração de posse; para os ricos, para os grandes empresários da área, para o agronegócio, tudo.

Ele vai doar, praticamente, as terras devolutas, repito, que deveriam ser destinadas à reforma agrária do nosso estado, para assentar milhares de famílias que estão na lista de espera, que estão aí pelo estado afora, Sr. Presidente, acampadas.

Ele vai entregar, ele vai prorrogar o prazo da lei, a Lei nº 17.557. Vai vencer aquele prazo para que ele dê os descontos de quase 900 por cento. Uma terra, por exemplo, que custaria 70 milhões, ele doa por quatro, cinco milhões para esses grandes grupos que invadiram. Esses grupos econômicos, esses latifundiários, esses, sim, invadiram as terras do estado.

Então, Sr. Presidente, o que nós queremos aqui é que a Sabesp abra negociação, que o presidente da Sabesp receba os líderes do movimento do assentamento Comuna Irmã Alberta, aqui na região de Perus, e tome as providências para que essas famílias continuem lá produzindo, Sr. Presidente, e protegendo a área, sobretudo também do ponto de vista ambiental.

Peço, Sr. Presidente, que cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas, em caráter de extrema urgência, ao governador do estado, ao presidente da Sabesp e à secretária do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Meus cumprimentos, deputado Carlos Giannazi. Sim, a sua solicitação de encaminhar o seu pronunciamento ao governador, ao presidente da Sabesp e também à secretária do Meio Ambiente será obedecida.

Nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos, ou dez minutos após o término da presente sessão, em cumprimento ao interstício mínimo previsto no § 3º do Art. 100 do Regimento Interno, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Proposta de emenda à Constituição nº 3, de 2023, de autoria do Sr. Governador, em primeiro turno. Assina o presidente André do Prado.

Eu agradeceria se o deputado Carlos Giannazi puder me substituir aqui na Presidência.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Eduardo Suplicy, que fará uso regimental da tribuna.

Enquanto o deputado Suplicy se dirige à tribuna, quero anunciar aqui novamente a presença do Fábio Jabá pressionando, lutando para que o governo estadual encaminhe em caráter de extrema urgência a promessa que o governo fez, deputado Vitão, em encaminhar o projeto de lei da regulamentação da Polícia Penal.

Registro também aqui os servidores da Educação, em luta contra a aprovação da nefasta, perversa e criminosa PEC nº 9, que retira recursos da Educação. Aproveito também, deputado Vitão, para prestar nossa solidariedade a V. Exa., que foi vítima de um sequestro neste final de semana.

O deputado Suplicy tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Que seja a minha palavra, deputado Vitão do Cachorrão, também de solidariedade a V. Exa. por este episódio em que o tentaram sequestrar. Toda a nossa solidariedade.

Gostaria de também transmitir a minha homenagem ao Dia da Consciência Negra, celebrado ontem, 20 de novembro, em referência à morte do líder quilombola Zumbi de Palmares, e a luta do povo negro brasileiro por igualdade e justiça social.

O Dia da Consciência Negra tem sido muito polêmico. É lamentável que em um País com problemas visíveis causados pelo racismo estrutural, com tantos que deixam a população negra em condições de extrema vulnerabilidade, a simples menção de uma data, que é um apelo para que toda a população pense e repense sobre a condição dessa camada populacional seja motivo de incômodo, de descaço e até de piadas.

Todos os que se incomodam com esta data sequer tentam compreender o que ela significa e por que foi nomeada assim. Deveriam saber que, acima de tudo, um chamado para que, por meio de uma conscientização sobre a questão negra, possamos acionar nossa consciência humana e fazermos a nossa parte, que é enorme e fundamental para a erradicação do racismo e da discriminação racial no País.

O geógrafo Milton Santos, em entrevista no Roda Viva em 1997, disse que a questão da negritude é uma questão brasileira, de toda a sociedade. Concordo com ele, pois todos sofreremos, em maior ou menor escala, com os efeitos das desigualdades sociais.

Elas têm, em essência, a desigualdade social. É a falta de empregos e de oportunidades negadas para quem tem a pele escura, ou não branca, que alimenta direta ou indiretamente as estatísticas de violências de toda espécie, e que atinge a toda a sociedade.

O que resta a quem se vê suprimido da possibilidade de exercer sua plena cidadania, se não providenciar sua sobrevivência se valendo de ações extremas, como furto, ou roubo, de bolachas e macarrão instantâneo no supermercado.

Por essas e outras questões interligadas, as desigualdades e seus efeitos, criei o projeto de lei da renda básica de cidadania, aprovado por todos os partidos, sancionada pelo presidente Lula, e que completa em breve 20 anos à espera da sua execução.

A renda básica de cidadania pode elevar o grau de desenvolvimento da população negra, que é maior entre os pobres. A população negra ainda está na base da pirâmide social, ainda estão inseridos nos mais alarmantes números de estatísticas de pobreza, fome, déficit habitacional, analfabetismo, saúde precária, etc. Ainda há muitas questões históricas que se arrastam desde a abolição da escravidão e que influenciam diretamente no desenvolvimento do País.

As mulheres negras ainda são maioria chefiando lares sozinhas e o genocídio de jovens negras ainda está em curso no País. A população em situação de rua é predominantemente negra e, mesmo com as cotas raciais de acesso às universidades, a igualdade entre brancos e negros neste espaço está longe de se consolidar.

Quero destacar aqui que o racismo está também na maneira como recebemos estrangeiros em nosso País. Há casos emblemáticos que nos levam a entender que, sendo de origem europeia, de raça branca, são bem-vindos, mas se forem não brancos, latinos e principalmente africanos e seus descendentes, o tratamento é desigual.

Pude ver isso de perto acompanhando o caso da Falilatou Estelle Sarouna, uma refugiada do Togo que veio para o nosso País tentar reconstruir sua vida, sua família. Aqui começou a trabalhar como vendedora ambulante, quando foi envolvida em um golpe de grandes proporções e está sendo obrigada a responder na Justiça.

Mesmo com provas consistentes, evidências e testemunhas que indicam a sua inocência, não consegue ser ouvida e tratada com a atenção que a acusação dirigida a ela merece.

Me pergunto se fosse uma italiana ou francesa, se seria acusada de maneira injusta, com poucos recursos para se defender, e se as provas e evidências favoráveis à sua inocência seriam ignoradas.

Peço a todas e todos que estão aqui que tomem conhecimento do injusto caso de Falilatou e das injustiças e incongruências do processo pelo qual responde e ajudem na mobilização pela sua liberdade e permanência digna no Brasil.

É evidente que nós que aqui estamos hoje não temos responsabilidades pelos crimes de escravidão de pessoas africanas e seus descendentes e seus desdobramentos, que incluem também a xenofobia, mas a história segue seu curso.

Somos herdeiros desse problema. Só nos resta fazer o melhor dentro do nosso alcance para que a luta por igualdade racial seja bem-sucedida e que em nossa Nação haja um lugar de exemplo para o mundo como uma verdadeira democracia racial.

Para isso, precisamos ser corajosos o bastante, verdadeiramente comprometidos com essas e outras lutas, por melhorias